EDIÇÃO DIGITAL | ANO 05 | Nº 1454

27 DE FEVEREIRO DE 2025

ND

GRUPO ND

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI
(48) 3212 4127
(48) 99127 3939
publicidadelegal@ndmais.com.br

PÁGINA CERTIFICADA

Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

CCR ViaCosteira

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98

Relatório da administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as demonstrações financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2 Apresentação:** A Companhia é uma sociedade anônima aberta domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Leonete Frontina Alves, 190 - KM 325,5 - BR-101, Bairro Vila Flor na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 07 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 06 julho de 2020. A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio. **1.3 Destaques de 2024:** Em agosto de 2024 a Companhia completou 4 anos de concessão com um montante investido de mais de R$ 1 bilhão em serviços, operação e obras, em um trajeto de mais de 220 quilômetros entre Paulo Lopes e Passo de Torres. No final de 2023 ganhou um prêmio engenharia, pela ANTT, referente aos trabalhos de restruturação da Ponte Anita Garibaldi. O destaque para 2024 foram as obras realizadas na Rod. BR101, das quais a mais complexa foi a implantação do dispositivo em desnível localizado no km 403. Foram concluídas 13,42Km de novas vias marginais e 6 passarelas, nos municípios de Imbituba, Capivari de Baixo, Tubarão e Sangão em Santa Catarina. **1.4 Volume de tráfego:** A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 02 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobranças bidirecionais nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2024 e sua comparação com o ano de 2023.

Em Unidades	2024	2023	Var.%
Veículos Leves (Veq[1])	34.755.990	33.489.273	3,8%
Veículos Pesados (Veq[1])	52.168.733	49.170.591	6,1%
Total Veículos Equivalentes (Veq[1])	**86.924.723**	**82.659.864**	**5,2%**

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. **Veículos de Passeio ou leves (3,8%)** O tráfego de passeio apresentou crescimento de 3,8% em 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao aumento de turismo no litoral de Santa Catarina impulsionado pela retomada da economia da Argentina. **Veículos Comerciais ou pesados (6,1%):** O tráfego comercial apresentou o crescimento de 6,1% em 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido pelo bom desempenho da economia do Estado de Santa Catarina e pelo aumento de transporte de cargas com destino ao Rio Grande do Sul, entre os meses de abril a junho, marcados pelos eventos climáticos extremos. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1 Desempenhos:** As operações da Companhia tiveram início em 07 de fevereiro de 2021. Em 2024 obteve um decréscimo de -15,54% no EBITDA quando comparado com o ano anterior. Em 2024, mesmo com o crescimento do turismo, a Companhia obteve uma redução de 41,70% no lucro líquido, totalizando o montante de R$62.050. Esse resultado foi devido ao reflexo do aumento dos custos, principalmente decorrente dos repasses de rateio das despesas com a CCR.

Em R$ mil	2024	2023	Var.%
Receita líquida	**517.977**	**431.662**	**20,00%**
Receita de pedágio	212.680	204.796	3,85%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	323.489	244.583	32,26%
Outras receitas	177	1	17.600,00%
(-) Deduções da receita bruta	(18.369)	(17.718)	3,67%
(-) Custos e despesas (a)	**(463.643)**	**(357.420)**	**29,72%**
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(323.489)	(244.583)	32,26%
Demais custos e despesas	(140.154)	(112.837)	24,21%
Resultado antes Resultado Financeiro	**54.334**	**74.242**	**-26,82%**
(+/-) Resultado financeiro líquido	14.887	58.087	-74,37%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.171)	(25.900)	-72,31%
Lucro líquido	**62.050**	**106.429**	**-41,70%**
(-) Resultado financeiro líquido	(14.887)	(58.087)	-74,37%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	7.171	25.900	-72,31%
EBIT (b)	**54.334**	**74.242**	**-26,82%**
Margem EBIT	**10,5%**	**17,2%**	**-39,01%**
Margem EBIT ajustada (b)	**34,0%**	**42,4%**	**-19,75%**
(+) Depreciação/amortização	19.963	13.727	45,43%
EBITDA (c)	**74.297**	**87.969**	**-15,54%**
Margem EBITDA	**14,3%**	**20,4%**	**-29,62%**
Margem EBITDA ajustada (c)	**44,2%**	**49,7%**	**-10,95%**
Investimentos (d)	**(413.339)**	**(224.574)**	**84,05%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**86.925**	**82.661**	**5,16%**

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2024 e 2023, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras. **2.2 Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 02 de maio de 2024 a 01 de maio 2025, o valor da Tarifa Básica de Pedágio - TBP determinada pelo referido órgão é de R$ 2,40 (dois reais e cinquenta centavos), conforme Decisão Nº 206, de 23 de maio de 2024. Em 2024, o total de veículos pedagiados foi de 55.254.199 veículos ou 98.241.420 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio. A receita operacional da Companhia em 2024, considerando a receita de pedágio e a receita de construção totalizou R$536.346. Em 2023, a receita operacional totalizou R$449.380.

Valores em R$ Mil	2024	2023	Var.%
Receita de Pedágio	212.680	204.796	3,8%
Receita de Construção	323.489	244.583	32,3%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	177	1	17.600,0%
Receita Bruta Total	**536.346**	**449.380**	**19,4%**

Receita de Pedágio: Em 2024, houve aumento em 3,8% da receita pelo aumento de tráfego nas rodovias devido ao retorno do turismo. **Receita de construção:** Em 2024 os investimentos aumentaram em 32,3% em relação ao ano anterior, conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia e no contrato de concessão, descritos no item 2.7 Investimentos. **2.3 Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2024 foram de R$ 463.643, dos quais R$ 140.154 são custos operacionais e contratuais e R$ 323.489 são custo de construção.

Valores em R$ Mil	2024	2023	Var.%
Custo de construção	(323.489)	(244.583)	32,3%
Custos e despesa com pessoal	(47.435)	(41.267)	14,9%
Materiais, equipamentos e veículos	(8.337)	(8.097)	3,0%
Serviços de terceiros	(37.752)	(30.609)	23,3%
Outros custos e gastos gerais	(14.142)	(12.780)	10,7%
Custos capitalizado	10.098	8.131	24,2%
Custos contratuais	(10.860)	(9.500)	14,3%
Provisão de manutenção	(11.763)	(4.988)	135,8%
Depreciação e amortização	(19.963)	(13.727)	45,4%
Total custos e despesas	**(463.643)**	**(357.420)**	**29,7%**

Custo de construção: No ano 2024 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,3% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia e no contrato de concessão, descritos no item 2.7 Investimentos. **Custo e despesas com pessoal:** No ano de 2024 a Companhia possui 311 colaboradores, dos quais em uma decisão para melhorar a performance na arrecadação no período de verão, cerca de 61 arrecadadores foram terceirizados. Adicionalmente, houve um aumento de despesas administravas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a Companhia e a CCR. **Materiais, equipamentos e veículos**: Os principais custos de materiais, equipamentos e veículos em 2024 foram relacionados aos veículos, manutenção e combustíveis devido aos aumentos de preço e aumento do consumo de Etanol compatível com a agenda ESG do Grupo CCR. **Serviços de terceiros:** O aumento de 23% é explicado, principalmente, pela terceirização de arrecadadores durante o período de verão, chamado de "operação verão", e também pelo aumento de despesas administravas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a Companhia e a CCR. **Gastos gerais e outros custos**: O aumento de 10,7% é decorrente de indenizações e provisões jurídicas. **Custos capitalizados**: O aumento dos custos capitalizados em 24,2% é decorrente do reflexo das obras realizadas conforme cronograma, onde os custos das equipes das engenharias, que atuam diretamente nas obras, são capitalizados. **Custos contratuais**: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2024, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros incorridos, tais como, o seguro patrimonial (*all risks*), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, e os seguros de responsabilidade civil e garantia. **Provisão de manutenção**: O aumento de 135,8% de 2024 em relação ao ano anterior é decorrente dos pavimentos provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. A primeira manutenção está prevista para ser realizada em 2026. **Depreciação e amortização**: Aumento de depreciação e amortização em 2024 devido as finalizações de obras e investimentos. **2.4 EBITDA e EBIT:** O EBITDA em 2024 reduziu 15,5% em relação a 2023, totalizando R$ 74.297. A margem EBITDA em 2024 é de 44,2%, reduzindo 6,1 p.p. em relação a 2023, devido principalmente ao aumento de despesas administravas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a Companhia e a CCR. **Reconciliação do EBITDA Ajustado:**

Valores em R$ Mil	2024	2023	Var.%
Lucro líquido	62.050	106.429	-41,7%
(+) IR/CS	7.171	25.900	-72,3%
(+) Resultado financeiro	(14.887)	(58.087)	-74,4%
(+) Depreciação e amortização	19.963	13.727	45,4%
EBITDA	**74.297**	**87.969**	**-15,5%**
Margem EBITDA (a)	14,3%	20,4%	-6,0 p.p.
(+) Provisão de manutenção (b)	11.763	4.988	135,8%
EBITDA Ajustado	**86.060**	**92.957**	**-7,4%**
Margem EBITDA Ajustada (c)	***44,2%***	***49,7%***	***-5,4p.p.***

Reconciliação do EBIT

Valores em R$ Mil	2024	2023	Var.%
Lucro líquido	62.050	106.429	-41,7%
(+) IR/CS	7.171	25.900	-72,3%
(+) Resultado financeiro	(14.887)	(58.087)	-74,4%
EBIT	**54.334**	**74.242**	**-26,8%**
Margem EBIT (a)	10,5%	17,2%	-6,7 p.p.
(+) Provisão de manutenção (b)	11.763	4.988	135,8%
EBIT Ajustado	**66.097**	**79.230**	**-16,6%**
Margem EBIT Ajustada (c)	***34,0%***	***42,4%***	***-8,4p.p.***

(a) Cálculo efetuado segundo instrução CVM n.º 156/2022. (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenções periódicas das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa nas informações financeiras intermediárias. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui a receita de construção. (d) As margens EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção. **2.5 Captações de Recursos:** Em setembro de 2024, houve a realização da 1ª Emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R$ 300.000, com remuneração de CDI + 0,47%, prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da data de emissão, para financiar as obras de ampliação da Concessionária. **2.6 Resultado financeiro líquido:**

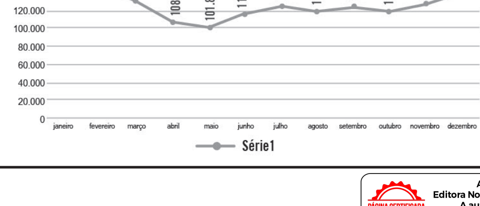
Valores em R$ Mil	2024	2023	Var.%
Despesas financeiras	**(10.212)**	**(547)**	**1.766,91%**
Juros sobre debêntures	(8.586)	-	0,0%
AVP - provisão de manutenção e arrendamento	(1.368)	(394)	247,2%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(258)	(153)	68,6%
Receitas financeiras	**25.099**	**58.634**	**-57,19%**
Rendimento de aplicações financeiras	24.288	57.305	-57,6%
Juros e outras receitas financeiras	811	1.329	-39,0%
Resultado financeiro líquido	**14.887**	**58.087**	**-74,4%**

O resultado financeiro líquido da Companhia, é decorrente, principalmente, dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo aumento da taxa CDI, com os recursos dos aportes dos acionistas em 2023, e emissão de debênture em 2024. No ano de 2024 o saldo médio aplicado foi inferior ao do ano de 2023 devido a utilização do caixa para investimentos. **2.7 Investimentos:** Em 2024, os investimentos realizados totalizaram R$ 349.545, um aumento de 32% em relação a 2023 devido a conclusão das vias marginais no sentido sul localizadas nos kms 273+030 ao 276+000, 276+720 ao 277+840, 279,07 ao 279,75, 280+000 ao 281+800, 328,9 ao 331,4 e no sentido norte as vias marginais localizadas nos kms 329,6 ao 328,45 e 278,6 ao 281,8 totalizando 13,42 kms de marginais. Ainda foram concluídas as obras de 6 passarelas localizadas nos kms 274, 275,1, 288, 290, 277 e 328, 6, obras de melhorias de acesso no sentido Norte nos kms 256,23, 258,2, 264,9, 339,1; 357 e 367,24, obras de 3 rotatórias em nível sendo elas localizadas no kms 364,5 N/S, 278,5 N/S e 369,9, e obra de adequação do dispositivo existente no km 328,35, além de pequenas obras de adequações de faixas de aceleração e desaceleração e a eliminação de conflitos frontais solucionados com a marginal em binário. Foi entregue a obra de maior complexidade deste ano de 2024, sendo ela a implantação de um dispositivo em desnível localizado no km 403. Estão em andamento as obras de marginais no sentido Sul localizadas nos kms 327,5 ao 328,83, 282,7 ao 284,93 e 332,07 ao 332,77 e no sentido Norte as marginais localizadas nos kms 285,8 ao 286,85 e 288,5 ao 289,3, além da implantação de dispositivos de segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais e a restauração do pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

Investimentos (R$ mil)	2024	2023
Praças de pedágio/ Bases/ SAU's/ PGFs	1.522	7.765
Serviços no pavimento	93.650	68.759
Sinalização e elementos de proteção e segurança	20.045	9.939
Obras de arte especiais	11.783	10.023
Meio ambiente e desocupação faixa de domínio	3.088	4.311
Obras de ampliação de capacidade	191.434	137.298
Restauração de taludes	690	2.250
Equipamentos e outros	17.311	24.732
Elétrica	10.022	-
Total	**349.545**	**265.077**

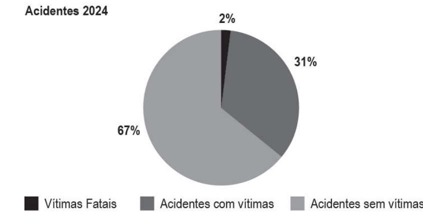
*Os investimentos descritos acima são valores de aquisição contábil, ou seja, valores históricos, registrados no momento de competência de cada período. **2.8 Valor adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2024, foi de R$ 138.209 e de R$ 186.055 em 2023 representando 25,77% e 41,40%, respectivamente, da receita operacional líquida respectivamente. **2.9 Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976). Em 29 de abril, conforme aprovado na AGO/E, foram distribuídos dividendos no valor de R$ 36.418 com base na posição de 31 de dezembro de 2023. Em 14 de novembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 30.283, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 25.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 4.542, pagos em 29 de novembro de 2024. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 7.106, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020, correspondente ao montante líquido de R$ 6.041, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.065, a serem pagos quando oportuno. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 9.001, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023, correspondente ao montante líquido de R$ 7.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.351, a serem pagos quando oportuno. **2.10 Planejamento empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com uma das menores taxas de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços (68%), indústria (26%) e agropecuária (6%). **2.11 Gestão pela qualidade total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária em 2022 conquistou a certificação da ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.12 Recursos humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 311 pessoas de forma direta, sendo, 285 atuando em áreas operacionais e 26 no administrativo. **3. Indicadores operacionais: 3.1 Caracterização do tráfego: 3.1.1 Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM) de 2024, que totalizou 127.400 veículos médio diário. Em maio de 2024 houve uma redução significativa, consequência das catástrofes climáticas, ocorridos no Rio Grande do Sul.

Variação mensal do volume no ano base

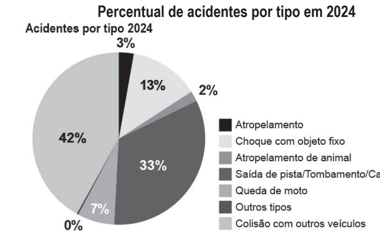


3.2 Segurança no trânsito: 3.2.1 Acidentes: Os gráficos a seguir apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido no ano de 2024, classificados por gravidade, pelo total de pessoas envolvidas e pela quantidade de sinistros por tipo de veículo.

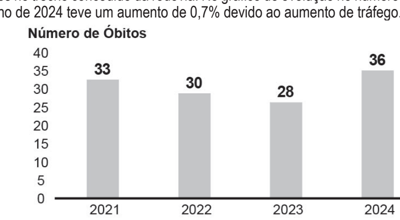
Percentual de acidentes por gravidade em 2024



Percentual de acidentes por tipo em 2024



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. No gráfico de evolução no número de óbitos, o ano de 2024 teve um aumento de 0,7% devido ao aumento de tráfego.



3.3 Dados de operação da concessão: 3.3.1 Veículos alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (220 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de Veículo	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	5	2
Guincho Leve	3	1
Guincho Pesado	2	1
Ambulância Tipo C	4	2
Ambulância Tipo D	2	1
Supervisão	1	0
Pipa	2	1
Munck	2	1
Caminhão Boiadeiro	2	1
BobCat	2	1
Total de veículos operacionais	**25**	**11**
Administração	31	14
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	3	1
Total de veículos de apoio	**36**	**15**
Total	**61**	**26**

No exercício de 2024, foram registrados 44.099 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaCosteira). **3.3.2 Funcionários alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

Funcionários	Qtd 2024	Qtd/VDMA x 10.000
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,08
Gerente Executivo Contrato de Concessão	1	0,04
Conservação de Rotina	5	0,21
CCO	1	0,04
Engenharia	34	1,43
Tecnologia e Manutenção	18	0,76
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	23	0,97
Tráfego	38	1,60
Pedágio	184	7,75
Pesagem	5	0,21
Total Geral	**311**	**13,09**

3.4 Aspectos financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do exercício atual. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2024, e o acumulado contempla o mesmo valor desde o início da concessão em 6 de julho de 2020. **3.4.1 Receita (em R$ mil):** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

Receita	Em 2024	Acumulado
Receitas de pedágio	212.680	707.055
Receitas acessórias	177	339
Total das receitas	**212.857**	**707.394**

3.4.2 Investimentos: As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Companhia no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

Investimentos	Em 2024	Acumulado
Adição do intangível	331.912	1.047.951
Aquisição de imobilizado	14.503	83.146
Total dos investimentos	**346.415**	**1.131.097**

3.4.3 Custos e despesas operacionais

Custos e Despesas Operacionais	Em 2024	Acumulado
Custos Operacionais (sem "Outras Receitas/ Despesas Operacionais")	98.945	301.764
Despesas Operacionais (sem "Outras Receitas/ Despesas Operacionais")	41.457	103.763
Total dos custos	**140.402**	**405.527**

3.4.4 ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

ISS Pagos	Em 2024	Acumulado
Pedágio	10.558	24.482
Acessória	-	-
ISS Total	**10.558**	**24.482**

3.4.5 Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R$ 2,40 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de Pedágio	Cobrança	Auto	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	Moto
		1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Araranguá	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Laguna	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
São João do Sul	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Tubarão	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20

3.4.6 Concessionária em números

Dados anuais	Viacosteira	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.254.199	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	33.994.902	
Motos	1.035.851	
Caminhões e ônibus	11.597.728	
Veículos isentos	468.902	Base SUAT
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,40	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	237.499	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VDR>=47 para BR-101/SC	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macro textura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	212.680	Expresso em milhares de reais

3.4.7 Fator capital

Despesas de Depreciação	19.963	As taxas de depreciação/ amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	290.071	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.446.851	
Série Histórica dos Investimentos	1.109.481	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório

3.4.8 Fator trabalho

Número de Trabalhadores	**311**
Operacional	285
Administrativo	26
Despesas de Pessoal	**37.337**
Operacional	24.347
Administrativo	12.990

*Número de trabalhadores e Despesas de pessoal: por tipo de atividade e por categoria de trabalho.

3.4.9 Fatores Intermediários

Despesas em Administração	12.990
Despesas em Manutenção	2.227
Outras Despesas	5.760

Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação.

3.4.10 Seguridade

Quantidade de acidentes

Acidente com vítimas feridas	687
Acidentes sem vítimas	1.472
Acidentes com mortos	35
Vítimas feridas	927
Número de mortos	36

3.4.11 Indicadores

Receita por veículos equivalente	R$ 2,45	Considerados receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R$ 1,62	Considerados custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

3.4.12 Balanço social

	2024	2023
Faturamento bruto	536.346	449.380
Receita liquida (RL)	517.977	431.662
Resultado operacional (RO)	54.334	74.242
Folha de pagamento bruta (FPB)	37.337	33.136

3.4.13 Indicadores sociais internos	2024	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Alimentação	2.349	2.270	6,29%	0,45%
Encargos sociais	9.472	8.575	25,37%	1,83%
Previdência Privada	108	104	0,29%	0,02%
Saúde	3.318	1.915	8,89%	0,64%
Capacitação e desenvolvimento profissional	108	120	0,29%	0,02%
Creches ou auxílio creches	300	157	0,80%	0,06%
Participação dos lucros ou resultados	6.604	5.061	17,69%	1,27%
Outros	4.899	3.903	13,12%	0,95%
Total - Indicadores Sociais Internos	**27.158**	**22.105**	**72,74%**	**5,24%**

3.4.14 Indicadores socieais externos	2024	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Tributos (exceto encargos sociais)	28.861	45.914	122,97%	8,86%
Total - Indicadores sociais externos	**28.861**	**45.914**	**122,97%**	**8,86%**

3.4.15 Indicadores ambientais	2024	2023
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	2.629	2.879
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	40	88
Total de investimentos em meio ambiente	**2.669**	**2.967**

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%

3.4.16 Indicadores do corpo funcional	2024	2023
Nº de colaboradores ao final do período	311	372
Tempo de serviço		
até seis meses	14%	25%
de seis meses a um ano	15%	16%
entre um e dois anos	42%	27%
entre dois e cinco anos	27%	31%
mais de cinco anos	2%	1%
Nº de admissões durante o período	156	151
Nº de demissões durante o período	201	215
Nº de colaboradores terceirizados (*)	487	674
Nº de estagiários (as)	-	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	-	-
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	43	89
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	182	207
Nº de colaboradores acima de 45 anos	86	76
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	173	232
% de cargos de liderença ocupados por mulheres	35%	50%
Remuneração paga a mulheres no período	307.805	393.747
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	17	42
% de cargos de liderença ocupados por negros	7%	7%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	3	4
Total de horas extras trabalhadas	2.367	2.354
Total de INSS pagos	5.826	5.083
Total de FGTS pago	1.502	1.386
Total de IR recolhido no período	7.589	20.453
Total de CSLL recolhido no período	2.940	7.820
Total de PIS recolhidos no período	1.384	1.331
Total de COFINS recolhidos no período	6.390	6.144
Total de outros tributos recolhidos no período	10.558	10.166

(*) Contratação de equipes terceiras, como APH, conservação, engenharia e manutenção, em 2024.

3.4.17 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024	2023
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,0%	3,0%
Número total de acidentes de trabalho	7	9

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerências ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos os colaboradores

continua

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168. A autenticidade deste documento pode ser visualizado diretamente no portal https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

continuação

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
	( ) não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) apoia (X) organiza e incentiva

	2024	2023
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	138.209	186.055
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	23%	26%
% acionistas	45%	57%
% colaboradores	23%	15%
% terceiros	10%	2%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos: 4.1 Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2 ESG:** A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, qual é desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR. Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR. Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. A diretoria de sustentabilidade (DS) conta com um(a) executivo(a) responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de, ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação. Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025 não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse: http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.3 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC*):* o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero:* uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. • CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações. **4.4 Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários. Em abril deste ano o Instituto CCR, entidade responsável pelos investimentos socioculturais do Grupo CCR, completou 10 anos de atuação, gerenciando valor recorde de R$ 72 milhões para impacto social, um investimento recorde em toda sua trajetória. Desde a sua fundação, em 2014, o Instituto CCR já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em mais de 430 municípios de todo o País. Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. Em abril deste ano, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança. O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa e no Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA). O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô - BA). Ainda no âmbito cultural, o Projeto Centenários, que homenageia nomes de referência da literatura, arquitetura, música e artes plásticas no Brasil, por meio de exposições realizadas nas estações da Linha 4-Amarela administrada pela ViaQuatro, ampliou sua presença em 2024. Agora, os passageiros da estação Faria Lima, podem conferir uma mostra da artista plástica Tomie Ohtake, enquanto a estação Mackenzie-Higienópolis, expõe obras de Candido Portinari. Já os clientes da estação Oscar Freire podem contemplar as obras de Tarsila do Amaral e, na estação Pinheiros o espaço é dedicado à vida e à obra de Heitor Villa-Lobos, um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos. O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes, e em 2025 terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais. Ao longo de 2024 o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis que visa contribuir para tornar as cidades um importante vetor do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação da uma Coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper. A intenção é contribuir com o governo federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos Aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população e por ordem de chegada. Em 2024 o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado com mais de 3 mil colaboradores, um aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.5 Considerações Finais: 4.5.1 Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº. 162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.5.2 Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **4.5.4 Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Capivari de Baixo, 26 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**325.506**	**335.434**
Caixa e equivalentes de caixa	6	201.651	135.199
Aplicações financeiras	6	88.420	173.220
Contas a receber das operações	7.1	15.531	13.802
Contas a receber de partes relacionadas	9	48	942
Tributos a recuperar		16.329	10.448
Adiantamentos a fornecedores		-	195
Despesas antecipadas e outros créditos		3.527	1.628
Não circulante		**1.121.345**	**792.054**
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	9.532	6.174
Tributos a recuperar		11	1.648
Depósitos judiciais e outros		2.321	1.759
Imobilizado	10	77.564	67.862
Intangível	11	585.065	414.349
Infraestrutura em construção	11	444.580	299.998
Direito de uso em arrendamento		2.272	264
Total do Ativo		**1.446.851**	**1.127.488**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante		**112.976**	**85.532**
Debêntures		8.163	-
Fornecedores	12	65.997	53.135
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	2.543	2.787
Impostos e contribuições a recolher		5.332	5.713
Obrigações sociais e trabalhistas		4.699	4.287
Passivo de arrendamento		1.117	174
Obrigações com o Poder Concedente		562	541
Juros sobre capital próprio	9	23.574	18.601
Outras obrigações		989	294
Não circulante		**323.320**	**10.679**
Debêntures		299.403	-
Fornecedores	12	1.968	3.598
Obrigações trabalhistas e previdenciária		45	59
Provisão de manutenção	15	19.565	6.734
Passivo de arrendamento		1.326	106
PIS e Cofins diferidos		16	11
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	997	171
Patrimônio líquido	16	**1.010.555**	**1.031.277**
Capital social		980.941	980.941
Reservas de capital		72	36
Reservas de lucros		29.542	50.300
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.446.851**	**1.127.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros				
	Nota	Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**991.032**	**(10.091)**	**-**	**8.560**	**-**	**21.692**	**-**	**1.011.193**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	106.429	**106.429**
Distribuição de dividendos adicionais proposto em 12 de abril de 2023		-	-	-	-	-	(21.692)	-	**(21.692)**
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	36	-	-	-	-	**36**
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 24 de novembro de 2023		-	-	-	-	-	-	(12.233)	**(12.233)**
Juros sobre capital próprio em 24 de novembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(38.250)	**(38.250)**
Juros sobre capital próprio em 24 de novembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(6.750)	**(6.750)**
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(6.338)	**(6.338)**
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.118)	**(1.118)**
Reserva legal		-	-	-	5.322	-	-	(5.322)	**-**
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	36.418	-	(36.418)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**991.032**	**(10.091)**	**36**	**13.882**	**36.418**	**-**	**-**	**1.031.277**
Lucro líquido do exercício	16.6	-	-	-	-	-	-	62.050	**62.050**
Distribuição de dividendos adicionais em 15 de abril de 2024	16.4	-	-	-	-	(36.418)	-	-	**(36.418)**
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.7	-	-	36	-	-	-	-	**36**
Destinações:									
Juros sobre capital próprio em 14 de novembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	-	-	(25.741)	**(25.741)**
Juros sobre capital próprio em 14 de novembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	-	-	(4.542)	**(4.542)**
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	-	-	(13.691)	**(13.691)**
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	-	-	(2.416)	**(2.416)**
Reserva legal	16.2	-	-	-	3.102	-	-	(3.102)	**-**
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	-	-	12.558	-	(12.558)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**991.032**	**(10.091)**	**72**	**16.984**	**12.558**	**-**	**-**	**1.010.555**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	17	**517.977**	**431.662**
Custos dos serviços prestados		**(432.532)**	**(333.796)**
Custo de construção		(323.489)	(244.583)
Serviços		(32.254)	(27.250)
Depreciação e amortização		(16.352)	(10.660)
Custo com pessoal		(24.347)	(22.707)
Provisão de manutenção	15	(11.763)	(4.988)
Materiais, equipamentos e veículos		(6.110)	(7.246)
Custo com o Poder Concedente		(6.594)	(6.319)
Outros		(11.623)	(10.043)
Lucro bruto		**85.445**	**97.866**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(31.111)**	**(23.624)**
Despesas com pessoal		(12.990)	(10.429)
Serviços		(5.498)	(3.359)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.227)	(851)
Depreciação e amortização		(3.611)	(3.067)
Indenizações		(1.509)	(1.006)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(93)	(71)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.027)	(1.417)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.025)	(716)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(826)	(171)
Gastos com viagens e estadias		(284)	(237)
Outras despesas (receitas) operacionais		(2.021)	(2.300)
Resultado antes do resultado financeiro		**54.334**	**74.242**
Resultado financeiro	18	14.887	58.087
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**69.221**	**132.329**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(7.171)	(25.900)
Lucro líquido do exercício		**62.050**	**106.429**
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R$)		**0,06326**	**0,10850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**62.050**	**106.429**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**62.050**	**106.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**62.050**	**106.429**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(3.358)	(2.373)
Depreciação e amortização	10 e 11	18.833	13.334
Baixa do ativo imobilizado	10	15	3
Juros e variações monetárias sobre debêntures	18	8.586	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	18	300	40
Depreciação - Direito de uso em arrendamento		1.130	393
Constituição da provisão de manutenção	15	11.763	4.988
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	15	1.068	353
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	13.455	10.596
Rendimento de aplicação financeira		(10.086)	(36.382)
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações		36	36
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(1.729)	(3.464)
Contas a receber de partes relacionadas	9	894	(291)
Tributos a recuperar		(4.244)	1.148
Adiantamentos a fornecedores		195	(195)
Despesas antecipadas e outros créditos		(2.461)	(8)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	80.723	(30.479)
Fornecedores de partes relacionadas	9	(244)	1.553
Obrigações sociais e trabalhistas		398	357
Impostos e contribuições a recolher		11.584	25.891
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(18.923)	(31.182)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(12.629)	(10.425)
Obrigações com o Poder Concecdente		21	24
PIS e Cofins diferidos		5	4
Outras obrigações		695	(606)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**158.077**	**49.744**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(14.503)	(33.440)
Aquisição de ativo intangível	11	(401.403)	(193.115)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	2.567	1.981
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	94.886	247.793
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos		**(318.453)**	**23.219**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Captações (líquidas dos custos de transação)	21.2	298.980	-
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	21.2	(70.877)	(72.175)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal	21.2	(1.275)	(441)
Caixa líquido proveniete das (usado nas) atividades de financiamento		**226.828**	**(72.616)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**66.452**	**347**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		135.199	134.852
No final do exercício		201.651	135.199
		66.452	**347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Receitas	Nota	2024	2023
Receitas operacionais	17	536.346	449.380
Outras receitas		278	27
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(323.489)	(244.583)
Provisão de manutenção	15	(11.763)	(4.988)
Custos dos serviços prestados		(55.009)	(49.630)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(13.290)	(9.058)
Valor adicionado bruto		**133.073**	**141.148**
Depreciação e amortização		(19.963)	(13.727)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**113.110**	**127.421**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	25.099	58.634
Valor adicionado total a distribuir		**138.209**	**186.055**
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		19.770	18.269
Benefícios		9.867	8.143
FGTS		1.502	1.386
Outras		372	255
Tributos			
Federais		20.870	38.486
Estaduais		74	66
Municipais		10.564	10.173
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		10.127	520
Aluguéis		3.013	2.328
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		46.390	64.689
Lucros retidos do exercício		15.660	41.740
		138.209	**186.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 06 julho de 2020. A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 7 de fevereiro de 2021. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 26 de fevereiro de 2025 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor
15. suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

continua

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168. A autenticidade deste documento pode ser visualizado diretamente no portal https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

continuação

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.5. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.12. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.6. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.7. Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.9. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.11. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.12. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **3.13. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.15. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28). **3.17. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras. O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.18. Visão Geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9, e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9 e 19. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures	34.945	36.746	336.445	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	66.986	916	214	838	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.543	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	23.574	-	-	-	
Obrigações com o Poder Concedente	562	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	1.155	2.785
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	200.496	132.414
Total	**201.651**	**135.199**

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	**88.420**	**173.220**
Aplicações financeiras (a)	88.420	173.220
Total	**88.420**	**173.220**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,95% do CDI, equivalente a 10,98% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (104,28% do CDI, equivalente a 13,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB. **7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:**

	2024	2023
Circulante	**15.531**	**13.802**
Contas a receber das operações (a)	15.531	13.802
Total	**15.531**	**13.802**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão. **7.2. *Aging* dos contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Crédito a vencer	15.505	13.802
Créditos vencidos até 60 dias	26	-
Total bruto de provisão para perda esperada	**15.531**	**13.802**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**69.221**	**132.329**
Imposto de renda e contribuição social à aliquota nominal	**(23.535)**	**(44.992)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(243)	(308)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(23)	(53)
Juros sobre capital próprio	15.772	17.835
Incentivos (cultural, artistico e desporto) relativo ao imposto de renda	586	1.163
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	238	431
Outros ajustes tributários	34	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(7.171)**	**(25.900)**
Impostos correntes	(10.529)	(28.273)
Impostos diferidos	3.358	2.373
Aliquota efetiva de impostos	**10,36%**	**19,57%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	**9.850**	**6.174**
Constituição da provisão de manutenção	6.652	2.290
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.237	1.595
Despesas pré-operacionais (a)	1.059	1.854
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	339	58
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	324	266
Plano de Incentivo de Longo Prazo	181	105
Arrendamento	58	6
Compensação de imposto ativo	**(318)**	**-**
Impostos ativos após compensação	**9.532**	**6.174**
Passivo	**(318)**	**-**
Amortização do custo de transação	(318)	-
Compensação de imposto passivo	**318**	**-**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**9.532**	**6.174**

Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	**6.174**	**3.801**
Reconhecimento no resultado	3.358	2.373
Saldos em 31 de dezembro	**9.532**	**6.174**

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais é realizado no momento que a Companhia entra em operação, de forma linear em 60 parcelas. **9. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
Saldos	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**1**	**30.877**	**30.878**	**1**	**235.066**	**235.067**
Aplicações financeiras	-	30.815	**30.815**	-	234.111	**234.111**
Bancos conta movimento	-	15	**15**	-	10	**10**
Contas a receber	1	47	**48**	1	941	**942**
Outros créditos	-	-	**-**	-	4	**4**
Passivo	**26.060**	**57**	**26.117**	**21.073**	**315**	**21.388**
Fornecedores e contas a pagar	2.486	57	**2.543**	2.472	315	**2.787**
Juros sobre capital próprio	23.574	-	**23.574**	18.601	-	**18.601**

	2024			2023		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(51)	**(51)**	-	(104)	**(104)**
Custos/despesas - infraestrutura utilizada	-	(98)	**(98)**	-	-	**-**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	(2)	**(2)**	-	(200)	**(200)**
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(71)	**(71)**	-	(232)	**(232)**
Custos/despesas - seguros	-	(2)	**(2)**	-	-	**-**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(2.414)	**(2.414)**	-	-	**-**
Custos/despesas - doações	-	(468)	**(468)**	-	(427)	**(427)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(3)	**(3)**	70	(1)	**69**
Receitas de aplicações financeiras	-	12.710	**12.710**	-	51.061	**51.061**
Repasse de custos e despesas - CSC	(26.229)	-	**(26.229)**	(21.207)	(59)	**(21.266)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(80)	(12)	**(92)**	(11)	(229)	**(240)**
Imobilizado	-	262	**262**	-	-	**-**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R$ 1.642, referente as despesas com profissionais-chave, não há outras remunerações da Administração. **10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento:**

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Equipamentos operacionais**	**Total em operação**	**Imobilizações em andamento**	**Total imobilizado**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**460**	**2.983**	**3.249**	**18.742**	**25.434**	**14.678**	**40.112**
Adições	-	-	-	-	-	33.440	33.440
Baixas	-	(3)	-	-	(3)	-	(3)
Transferências	42	5.158	-	926	6.126	(6.126)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	120	-	-	120	-	120
Depreciação	(55)	(817)	(1.475)	(2.237)	(4.584)	-	(4.584)
Outros	-	-	-	-	-	(1.223)	(1.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**447**	**7.441**	**1.774**	**17.431**	**27.093**	**40.769**	**67.862**
Custo	597	8.955	5.989	22.577	38.118	40.769	78.887
Depreciação acumulada	(150)	(1.514)	(4.215)	(5.146)	(11.025)	-	(11.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**447**	**7.441**	**1.774**	**17.431**	**27.093**	**40.769**	**67.862**
Adições	-	-	-	-	-	14.503	14.503
Baixas	-	-	(15)	-	(15)	-	(15)
Transferências	59	6.539	-	2.773	9.371	(9.371)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	959	-	-	959	-	959
Depreciação	(64)	(1.644)	(1.464)	(2.573)	(5.745)	-	(5.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**442**	**13.295**	**295**	**17.631**	**31.663**	**45.901**	**77.564**
Custo	656	16.453	5.811	25.350	48.270	45.901	94.171
Depreciação acumulada	(214)	(3.158)	(5.516)	(7.719)	(16.607)	-	(16.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**442**	**13.295**	**295**	**17.631**	**31.663**	**45.901**	**77.564**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	11	23	10			

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	**Sistemas informatizados**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Total em operação**	**Infraestrutura em construção**	**Total do intangível**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**285.583**	**909**	**3.794**	**290.286**	**171.083**	**461.369**
Adições	-	-	5.686	5.686	256.920	262.606
Transferências	127.594	157	(157)	127.594	(127.594)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(120)	(120)	-	(120)
Amortização	(8.509)	(241)	-	(8.750)	-	(8.750)
Outros	(347)	-	-	(347)	(411)	(758)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**404.321**	**825**	**9.203**	**414.349**	**299.998**	**714.347**
Custo	422.297	1.289	9.203	432.789	299.998	732.787
Amortização acumulada	(17.976)	(464)	-	(18.440)	-	(18.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**404.321**	**825**	**9.203**	**414.349**	**299.998**	**714.347**
Adições	-	-	4.980	4.980	326.932	331.912
Transferências	179.934	502	(502)	179.934	(179.934)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(959)	(959)	-	(959)
Amortização	(12.780)	(308)	-	(13.088)	-	(13.088)
Outros	(79)	-	(72)	(151)	(2.416)	(2.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**571.396**	**1.019**	**12.650**	**585.065**	**444.580**	**1.029.645**
Custo	602.152	1.791	12.650	616.593	444.580	1.061.173
Amortização acumulada	(30.756)	(772)	-	(31.528)	-	(31.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**571.396**	**1.019**	**12.650**	**585.065**	**444.580**	**1.029.645**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

continua

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

continuação

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	**427.665**
Implantação de marginais, dispositivos de segurança e sinalização, fibra óptica e passarelas	241.970
Restauração de pavimento	157.989
Obras de restauração em Obras de Arte Especiais	22.170
Implantação de rotatórias	5.338
Adequação de taludes e dos acessos laterais da rodovia	198

12. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	**65.997**	**53.135**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	44.557	40.525
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	16
Cauções e retenções contratuais (b)	21.440	12.594
Não circulante	**1.968**	**3.598**
Cauções e retenções contratuais (b)	1.968	3.598
Total	**67.965**	**56.733**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços. **13. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	2024	2023
1º Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,5848% (a)		

	2024	2023
Circulante	**8.163**	**-**
Debêntures	8.502	-
Custos de transação	(339)	-
Não circulante	**299.403**	**-**
Debêntures	300.000	-
Custos de transação	(597)	-
Total	**307.566**	**-**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
Setembro de 2027	1.020	936	307.566	- (b)
	Total	**936**	**307.566**	**-**

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2024
2027	300.000
(-) Custo de transação	(597)
Total	**299.403**

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmado ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures. **14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5**	**166**	**-**	**171**
Constituição	12.785	684	7	**13.476**
Reversão	(49)	(36)	-	**(85)**
Pagamentos	(12.034)	(588)	(7)	**(12.629)**
Atualização de bases processuais e monetárias	57	7	-	**64**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**764**	**233**	**-**	**997**

14.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis, administrativos e outros	4.604	2.283
Trabalhistas e previdenciários	1.866	614
Total	**6.470**	**2.897**

15. Provisão de manutenção

	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.734**	**6.734**
Constituição	11.763	11.763
Ajuste a valor presente	1.068	1.068
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**19.565**	**19.565**

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente. **16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social:** O capital social subscrito da Companhia é de R$ 980.941, dois quais R$ 10.091 ainda não foram integralizados, representado por 991.031.991 ações ordinárias. **16.2. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Em31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **16.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Em 15 de abril de 2024, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos no montante de R$ 36.418, correspondentes a R$ 0,03674803859 por ação, a título de dividendos adicionais propostos. O pagamento ocorreu em 29 de abril de 2024. Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	62.050
(-) Constituição de reserva legal	(3.102)
Lucro líquido ajustado	**58.948**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	14.737
Total de juros sobre capital próprio aprovados pagos e a pagar (líquido de IRRF)	39.432
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	36.418
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**75.850**

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar. **16.5. Juros sobre capital próprio:** Em 14 de novembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 30.283, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 25.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 4.542, pagos em 29 de novembro de 2024. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 7.106, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020, correspondente ao montante líquido de R$ 6.041, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.065, a serem pagos quando oportuno. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 9.001, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023, correspondente ao montante líquido de R$ 7.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.351, a serem pagos quando oportuno. **16.6. Lucro básico e diluído**

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	62.050	106.429
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações - básico (em milhares)	980.941	980.941
Lucro líquido por ação - diluído	**0,06326**	**0,10850**

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023 pela Controladora, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período. É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 3.584; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 3.584 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 36.

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	**536.346**	**449.380**
Receitas de pedágio	212.680	204.796
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	323.489	244.583
Receitas acessórias	177	1
Deduções das receitas brutas	**(18.369)**	**(17.718)**
Impostos sobre receitas	(18.332)	(17.641)
Abatimentos	(37)	(77)
Receita operacional líquida	**517.977**	**431.662**

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	**(10.212)**	**(546)**
Juros sobre debêntures	(8.586)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.068)	(353)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(300)	(40)
Taxas e outras despesas financeiras	(258)	(153)
Receitas financeiras	**25.099**	**58.633**
Rendimento sobre aplicações financeiras	24.288	57.305
Juros e outras receitas financeiras	811	1.328
Resultado financeiro líquido	**14.887**	**58.087**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2024	2023
Ativos		**305.650**	**323.163**
Valor justo através do resultado		**290.071**	**308.419**
Caixa e bancos	Nível 2	1.155	2.785
Aplicações financeiras	Nível 2	288.916	305.634
Custo amortizado		**15.579**	**14.744**
Contas a receber das operações		15.531	13.802
Contas a receber de partes relacionadas		48	942
Passivos	**Nível**	**(403.199)**	**(78.956)**
Custo amortizado		**(403.199)**	**(78.956)**
Debêntures (a)		(307.566)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(68.954)	(57.027)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.543)	(2.787)
Juros sobre capital próprio		(23.574)	(18.601)
Obrigações com o Poder Concedente		(562)	(541)
Total		**(97.549)**	**244.207**

(a) Os valores estão líquidos dos custos de transação. **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	308.502	305.317	-	-

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base. **19.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R$ (3) e (4)	Efeito em R$ no resultado: Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(308.502)	(39.109)	(48.524)	(57.939)
Efeito sobre as debêntures	**-**	**(39.109)**	**(48.524)**	**(57.939)**
CDI	290.675	24.162	30.096	35.989
Efeito sobre as aplicações financeiras		**24.162**	**30.096**	**35.989**
Total do efeito líquido de ganhos		**(14.947)**	**(18.428)**	**(21.950)**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	12,1500%	15,1875%	18,2250%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo; No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão: 20.1. Compromissos relativos às concessões: A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecido no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	1.479.666	1.733.444

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas. **21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa:** As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**-**	**69.491**
Fornecedores	-	69.491
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**(69.491)**
Adições ao ativo intangível	-	(69.491)

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(18.601)**	**(280)**	**(18.881)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**(298.980)**	**70.877**	**1.275**	**(226.828)**
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	70.877	-	70.877
Captações (líquidas dos custos de transação)	(298.980)	-	-	(298.980)
Pagamentos de principal	-	-	1.275	1.275
Outras variações que não afetam caixa	**(8.586)**	**(75.850)**	**(3.438)**	**(87.874)**
Juros sobre debêntures	(8.586)	-	-	(8.586)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(75.850)	-	(75.850)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	(3.138)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(307.566)**	**(23.574)**	**(2.443)**	**(333.583)**

Composição do Conselho de Administração
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Josiane Carvalho de Almeida - Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto - Membro efetivo

Composição da Diretoria
Fernando Henrique Pereira De Marchi - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Angelo Luiz Lodi - Diretor
Fausto Camilotti - Diretor

Contadora: Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0"S"SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
Capivari de Baixo – SC

Opiniã: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3.5, 3.12 e 11 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R$ 326.932 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. **Além disso:** – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

INFRAVIX ENGENHARIA S.A. - CNPJ: 12.366.484/0001-76

Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2024 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) e Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.070	5.034
Contas a receber de clientes	7	4.376	-
Adiantamentos a fornecedores	8	1.302	-
Tributos a recuperar	9	1.148	105
Outros ativos	10	685	-
		8.581	**5.139**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	11	127.191	91.099
Outros ativos	10	9.828	-
		137.019	**91.099**
Imobilizado	12	5.913	-
		5.913	**-**
Total do Ativo		**151.513**	**96.238**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	13	2.090	188
Obrigações sociais e trabalhistas	14	236	-
Obrigações tributárias	15	1.736	1.129
Outros passivos	16	13	-
		4.075	**1.317**
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	17	39.200	-
Conta Corrente entre empresas	11	7.507	7.508
Obrigações tributárias	15	-	2.014
Outros passivos	16	-	600
		46.707	**10.122**
Patrimônio Líquido	**18**		
Capital social		181.663	181.663
Prejuízos acumulados		(80.932)	(96.864)
		100.731	**84.799**
Total do Passivo e Patrim. liquido		**151.513**	**96.238**

Demonstração do Resultado

	Nota	2024	2023
Rec. bruta de serviços prestados		13.129	-
Impostos incidentes s/ receitas		(366)	-
Receita operacional líquida	**19**	**12.763**	**-**
Custos operacionais	20	(2.550)	(55)
Lucro bruto		**10.213**	**(55)**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(5.096)	(195)
Amortização/depreciação		(1)	-
Outras receitas e despesas		-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**5.116**	**(250)**
Receitas financeiras	22	142	942
Despesas financeiras	22	(184)	(86)
Lucro antes do IR e CS		**5.074**	**606**
IR e contrib. social - corrente	23	(1.707)	(154)
IR e contrib. social - diferido	23	-	-
Lucro líquido do exercício		**3.367**	**452**
Ações do capital social durante o exercício (lote de mil ações)		181.663	181.663
Lucro do exercício por lote de mil ações do capital social - R$		0,0185	0,0025

Demonstração do Resultado Abrangente

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.367	452
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**3.367**	**452**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital subscrito	Lucros/ Prejuízos Acumul.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**198.000**	**(96.968)**	**101.032**
Redução de capital social	(16.337)	-	(16.337)
IRPJ e CSLL de 2022 (ajustes de exercícios anteriores)	-	(348)	(348)
Lucro líquido do exercício	-	452	452
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**181.663**	**(96.864)**	**84.799**
Lucro líquido do exercício	-	3.367	3.367
Imposto diferido - prejuízo fiscal utilizado no acordo de leniência	-	8.827	8.827
Ajustes de exercícios anteriores	-	3.738	3.738
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**181.663**	**(80.932)**	**100.731**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.367**	**452**
Aj. p/ conciliar o resultado às disponib. geradas		
Depreciação e amortização	1	-
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(1.043)	(64)
Contas a receber	(4.376)	-
Adiantamentos a fornecedores	(1.302)	-
Conta corrente entre empresas	(36.093)	19.971
Outros ativos	(10.513)	-
Fornecedores	1.902	137
Empréstimos e financiamentos	39.200	-
Obrigações sociais e trabalhistas	236	-
Obrigações tributarias	(1.408)	412
Outros passivos	(586)	-
Caixa proveniente nas atividades operacionais	**(10.615)**	**20.908**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.914)	-
	(5.914)	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital social	-	(16.337)
Ajustes de exercícios anteriores	12.565	(348)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**12.565**	**(16.685)**
Aumento (redução) líq. de caixa e equiv. de caixa	**(3.964)**	**4.223**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.034	811
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.070	5.034
Aumento, líquido, no caixa e equiv. de caixa	**(3.964)**	**4.223**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As N.E são parte integrantes das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional a. Objeto social: A INFRAVIX Engenharia S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, constituída em 30 de julho de 2010, com sede social na Rodovia Admar Gonzaga, n°. 440, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada pela Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia- "FIP Nova Participações". A Companhia tem como objeto social o desenvolvimento e estudos tecnológicos, a participação em sociedades que atuem no setor de infraestrutura no Brasil e no exterior, em particular nas áreas de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas de transporte de passageiros), saneamento básico, geração de energia a partir de fontes não renováveis (carvão, óleo e gás) e o desenvolvimento de negócios imobiliários, podendo para tanto, adquirir, vender, alugar e construir propriedades imobiliárias com finalidades residenciais, comerciais ou institucionais. Em novembro de 2023, a Companhia, através de seu estatuto social, realizou a alteração da denominação social INFRAVIX Participações S.A., e passou a denominar-se-á INFRAVIX Engenharia S.A.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo. **b. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em conta corrente movimento. **2.2 Contas a receber de clientes**: O saldo de contas a receber é composto por serviços referentes às medições realizadas e aprovadas pelos entes contratantes até a data do balanço. O faturamento é registrado pelo valor bruto, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. **2.3 Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados no ativo. **2.4 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **2.5 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para esse passivo. **2.6 Resultado do exercício: a. Receita operacional**: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base nas medições do serviço contratado na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os serviços prestados são validados pelas medições realizadas e devidamente aprovadas pelo ente contratante.**b. Reconhecimento das despesas**: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência. **c. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos, despesas bancárias e demais encargos financeiros. **2.7 Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 milhões para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3. Estimativas e julgamentos contábeis: **3.1 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:
a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia está sujeita, no curso normal dos negócios, a processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gerenciamento de risco financeiro: a. Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c. Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha.

5. Novas normas, alterações e interpretações : A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, e que terão vigência a partir de 1° de janeiro de 2025 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa: As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2024	2023
Banco conta movimento	33	69
Aplicações financeiras	1.022	4.965
Caixa fundo fixo	15	-
	1.070	**5.034**

7. Contas a receber de clientes	**2024**	**2023**
Clientes nacionais	4.376	-
	4.376	**-**

Clientes faturados no último trimestre com vencimento contratual para 30 a 90 dias. Montante de R$ 3.093 (71% do saldo a receber) referente ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction).

8. Adiantamentos a fornecedores	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais	1.302	-
	1.302	**-**

Fornecedores de construção e montagens de equipamentos, com emissão de faturamento na entrega final do produto.

9. Tributos a recuperar	**2024**	**2023**
IR retido de aplicação financeira	-	101
Saldo negativo de IRPJ e CSLL **(i)**	104	4
INSS retido a compensar **(ii)**	1.040	-
Demais tributos a recuperar	4	-
	1.148	**105**

(i) O saldo de IRPJ e CSLL a recuperar, acumulado ao longo dos últimos exercícios é proveniente de antecipações destes tributos, de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras e retenções nas notas fiscais de prestação de serviços efetuadas no exercício e em exercícios anteriores. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas, sendo estas conforme IN RFB Nº 1810/18, compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Receita Federal; ou ressarcimento em espécie. A companhia possui pedido de restituição já deferido junto à Receita Federal. **(ii)** O saldo de INSS retido a compensar, é proveniente da retenção prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/91 no ato da quitação da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, portanto a Companhia pode deduzir o valor retido das contribuições devidas na respectiva competência.

10. Outros ativos	**2024**	**2023**
Contas a receber	15	-
Adiantamento de viagens	8	-
Caução de aluguel e contratos	5	-
Seguros a apropriar	657	-
Nota comercial a receber	1.001	-
Cessão de prejuízo fiscal **(i)**	8.827	-
	10.513	**-**

(i) Através do primeiro termo aditivo do acordo de leniência firmado em novembro de 2019 entre a Controladoria Geral da União e as empresas do Grupo Nova Participações, foi utilizado prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para quitação das parcelas do acordo devidas a União, autarquias federais e fundações públicas federais, nos termos do art.11, inciso IV, da Lei n 13.988/20.

11. Conta corrente entre empresas: Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações intercompany que afetaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle, como segue abaixo:

	2024	2023
Ativo		
NOVAPAR S.A.	127.161	91.069
Nova Engevix Const. e Montagens S.A.	30	30
	127.191	**91.099**
Passivo		
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.	7.507	7.508
	7.507	**7.508**

12. Imobilizado: Os valores de imobilizado estão apresentados em Reais. **a. Composição do saldo do imobilizado**

Descrição Contas	Tx anual de depreciação	2024 Custos	Deprec. acumul.	Líquido
Imobilizado em andamento (i)	-	5.839.309	-	5.839.309
Móveis e utensílios	10%	22.740	(296)	22.444
Máquinas e equipamentos	10%	44.690	(372)	44.318
Equipamentos de informática	20%	6.869	(114)	6.755
		5.913.608	**(782)**	**5.912.826**

b. Movimentação do custo

	2023	Adições	Baixas	2024
Imobilizado em andamento	-	5.839.309	-	5.839.309
Móveis e utensílios	-	22.740	-	22.740
Máquinas e equip.	-	44.690	-	44.690
Equipamentos de informática	-	6.869	-	6.869
	-	**5.913.608**	**-**	**5.913.608**

c. Movimentação da depreciação

	2023	Adições	Baixas	2024
Móveis e utensílios	-	(296)	-	(296)
Máquinas e equipamentos	-	(372)	-	(372)
Equipamentos de informática	-	(114)	-	(114)
	-	**(782)**	**-**	**(782)**

(i) O saldo de imobilizado em andamento, é referente a implantação da UTE Uruguaiana, incluindo projeto básico, executivo, fornecimento, construção, montagem, comissionamento e gerenciamento, o prazo de execução do contrato é de 15 meses, iniciado em outubro de 2024 com previsão de termino em dezembro de 2025.

13. Fornecedores	**2024**	**2023**
Fornecedores nacionais	1.787	12
Fornecedores partes relacionadas	303	176
	2.090	**188**

14. Obrigações sociais e trabalhistas	**2024**	**2023**
Impostos (INSS, FGTS e IR)	88	-
Salários	100	-
Provisões sobre folha de pagamento	48	-
	236	**-**

15. Obrigações tributárias	**2024**	**2023**
IRRF de terceiros a recolher	4	-
CSRF terceiros a recolher	6	-
PIS e COFINS sobre faturamento	114	619
Impostos sobre mútuo	-	2.014
IRPJ e CSSL sobre resultado	1.585	510
ISS retido e faturado	27	-
	1.736	**3.143**
Circulante	**1.736**	**1.129**
Não circulante	**-**	**2.014**

16. Outros passivos	**2024**	**2023**
Reembolso de despesas	13	-
Consultorias	-	600
	13	**600**

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2024
Nota Comercial	100% do DI + 6,61% a.a.	39.200
		39.200
Circulante		**-**
Não circulante		**39.200**

Agente Financeiro	2023	Encargos	Capitação	Encargos (carência de pagto	2024
Nota Comercial					
Planner Corretora de Valores	-	2.174	39.200	(2.174)	39.200
	-	**2.174**	**39.200**	**(2.174)**	**39.200**

18. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da empresa é constituído por 181.663.183 de ações, com o valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada ação.

ACIONISTA	DATA DE INGRES.	Nº DE AÇÕES	VALOR (R$)	%
Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia CNPJ/MF sob o nº 11.283.444/0001-06	12/03/2012	181.663.180	181.663.180,69	99,99
NOVAPAR S.A. CNPJ/MF sob o nº 02.357.415/0001-42	11/05/2015	3	3,00	0,01
		181.663.183	**181.663.183,69**	**100**

19. Receita operacional liquida	**2024**	**2023**
Serviços prestados	13.129	-
PIS e COFINS sobre faturamento	(259)	-
ISS sobre faturamento	(107)	-
	12.763	**-**

20. Custos operacionais	**2024**	**2023**
Serviços de terceiros	(1.470)	(47)
Materiais	(201)	-
Conselhos profissionais	(15)	(8)
Folha de pagamento	(477)	-
Impostos e taxas	(75)	-
Locação	(75)	-
Outros custos	(237)	-
	(2.550)	**(55)**

21. Despesas administrativas e gerais	**2024**	**2023**
Serviços de terceiros	(4.899)	(11)
Impostos e taxas	(47)	(7)
Cartório	-	(2)
Outras despesas	(91)	(175)
Folha de pagamento	(59)	-
	(5.096)	**(195)**

22. Resultado financeiro	**2024**	**2023**
Tarifas bancárias	(4)	-
Juros e multa de tributos e fornecedores	(77)	(6)
IOF sobre operações financeiras	(72)	(37)
Rendimento de aplicações financeiras	141	942
PIS e COFINS	(7)	(44)
Outras despesas financeiras	(23)	-
	(42)	**856**

23. Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente

	2024	2023
Lucro/Prejuízo antes dos Impostos	5.074	605
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	16	-
Exclusões		
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	**5.090**	**605**
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	-	(181)
Lucro real depois da compensação de prej. fiscais	**5.090**	**424**
Alíquota nominal combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
IR e contribuição social correntes	**1.707**	**120**

24. Instrumentos financeiros:O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 05/02/2025.
Yoshiaki Fujimori - Diretor Presidente
- CPF 002.711.308-65
Tuany Caroliny Costa - Contadora
- CRC SC041736/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores
INFRAVIX ENGENHARIA S.A. Florianópolis - SC

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **INFRAVIX ENGENHARIA S.A.,** que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da, **INFRAVIX ENGENHARIA S.A.,** em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior: As demonstrações financeiras da **INFRAVIX ENGENHARIA S.A.,** referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2023, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por nossos auditores, com relatório emitido em 05 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiras (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2025.
Davi & Corrêa Auditores
independentes S/S - CRC-RS 3.797
Pedro Osório Corrêa - Contador CRC-RS 42.462/O-8

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

Eletrobras

SPE NOVA ERA CATARINA TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF nº 55.032.808/0001-42

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

SPE Nova Era Catarina Transmissora S.A. torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) a Licença Ambiental de Instalação para a construção da SE Chapecoense 230/138 kV; Secc LT 230 kV FCO-XAN 1 e 2; Secc LT 138kV CCI - CSA, localizada no Acesso Oeste Alcides Sperandio, S/N – Colônia Bacia, 89815899 – Chapecó/SC.

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 18 de março de 2025, às 09h01min realizará a abertura da Concorrência Eletrônica n.º 056/2025, destinada à "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO SÃO PEDRO". Protocolo até às 08h55min do dia 18 de março de 2025. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456.
Chapecó-SC, 26 de fevereiro de 2025.
Agnaldo Veriato Pereira – Secretário de Esportes e Juventude - SEJU
ID/TCE: 66C318EFF70C29ACC6D9BB172DC7920EFB24AD56

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL–SC
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal nº 4.108/2023, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que realizará o procedimento licitatório abaixo:
LICITAÇÃO Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por LOTE.
O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PEQUENOS REPAROS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 14 de março de 2025 às 08h30min.
O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: www.saofranciscodosul.atende.net www.diariomunicipal.sc.gov.br/site; www.bnccompras.com;
São Francisco do Sul, 26 de fevereiro de 2025
CARLOS ROBERTO NUNES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - REGISTRO DE PREÇOS
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO EDITAL

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acha-se aberto até às 09h00 do dia 18 de março de 2025, Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA A LOCAÇÃO DE APARELHOS CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO E CPAP PARA TRATAMENTO DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR EM PACIENTES CADASTRADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO - SC, DURANTE O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.** As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 09h05min do mesmo dia. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: https://comprasbr.com.br/ e http://rionegrinho.atende.net. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636 /3646-3648.
Rio Negrinho, 25 de fevereiro de 2025. CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 - UASG 389187. Nº Processo: 0530017.00000028/2024-88. Objeto: Contratação de serviço de internet banda larga por meio de acesso com link de IP dedicado para a sede do CRMV-SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rod. Admar Gonzaga 755, 2º andar, Itacorubi, Florianópolis/SC ou https://www.crmvsc.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

Moacir Tonet
Presidente do CRMVSC

Secretaria de Estado da Comunicação
Publicações Legais

LISTAGEM OFICIAL DOS EDITAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública Internacional Nº 208/2025

Objeto: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE APOIO À OPERAÇÃO, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO E REFORMA, EQUIPAGEM E MANUTENÇÃO DO COMPLEXO PRISIONAL DE BLUMENAU/SC.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve tornar pública, conforme processo SGP-e SCPAR 1373/2024, a licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, com o critério de julgamento de MENOR VALOR DE CONTRAPRESTAÇÃO A SER PAGA pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
O Valor Estimado do Contrato é de R$ 6.014.615.286,56 (seis bilhões, quatorze milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), correspondente à soma dos valores nominais das contraprestações mensais máximas projetadas a serem recebidas pela Concessionária ao longo do prazo estipulado para a Concessão.
A concessão terá duração de 30 (trinta) anos, a contar da data de eficácia do contrato.
Os ENVELOPES da GARANTIA DE PROPOSTA e da PROPOSTA COMERCIAL deverão ser entregues à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO no dia 03/06/2025 das 10:00 horas às 12:00 horas (horário de Brasília), na sede da B3, no endereço Rua XV de Novembro nº 275, Centro, São Paulo – SP. A SESSÃO PÚBLICA de abertura das propostas comerciais será realizada no dia 10/06/2025 às 14 horas (horário de Brasília), na sede da B3.
O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br.
Vânio Boing
Secretário de Estado da Administração

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

AVISO DE AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICA

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA e A SECRETARIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS, em conformidade com o art. 21 da Lei nº 14.133/2021, comunicam a realização de audiência pública sobre a concessão para construção, operação, manutenção, gestão e exploração da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba. O evento ocorrerá em 17 de março de 2025, às 14h, no Auditório do Complexo Portuário de Imbituba (Av. Presidente Vargas, nº 100, Imbituba/SC, CEP 88780-000). Visando agilidade no acesso as dependências portuárias, o cadastro para participação presencial pode ser realizado previamente pelo site: https://www.ppi.sc.gov.br/zona-de-processamento-de-exportacao-de-imbituba/.
Além disso, informam que a consulta pública estará aberta para contribuições, sugestões e questionamentos de 6 de março 2025 a 5 de abril de 2025 no site: https://www.ppi.sc.gov.br/zona-de-processamento-de-exportacao-de-imbituba/. Os documentos da audiência e da consulta pública estarão disponíveis para acesso no mesmo site a partir de 06 de março de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL - SEJURI
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0221/2024 - menor preço Por Lote. Objeto: Contratação de empresa no ramo de saneamento, de forma continuada, visando à execução de gerenciamento, responsabilidade técnica, manutenções (preditivas, preventivas e corretivas) com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais e peças necessárias para operação de Estações de Tratamento de Água nas unidades prisionais do Estado de Santa Catarina, 24 horas por dia. Início da entrega de propostas: às 13:00 horas do dia 06/03/2025. Fim da entrega de propostas: às 13:45 horas do dia 18/03/2025. Abertura da sessão: a partir das 13:45 horas do dia 18/03/2025. Início da disputa: a partir das 14:00 horas do dia 18/03/2025. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sejuri.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licitacao@sejuri.sc.gov.br no horário das 12:00 às 19:00, em dias úteis. Processo SGP-e: SAP 00057681/2024. GGG: 2024AS012987.
E-Sfinge: CE158379B5A48A1E99FA03A1FC5B82638047AAB3

Aviso De Licitação - RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 05 de março de 2025, às 09:01 horas realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 042/2025, destinada a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS DE PASSEIO/SUV E CAMINHONETE, SEM LAVAGEM DE MOTOR, PARA VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL". Protocolo até às 09:00 horas do dia 05 de março de 2025. **Considerando que o Decreto Municipal Nº 49.576/2025 tornou os dias 03 e 04 ponto facultativo na Administração Pública Municipal, a data de abertura do certame supramencionado será remarcado para o dia 05/03/2025 às 09:00 horas**. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 26 de fevereiro de 2025. CLÓVIS ARI LEUZE - Secretário de Segurança Pública ID/TCE: 72BE49A769D8CC45F9046F10AB972502C6E7ADCB

Aviso De Licitação - RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 05 de março de 2025, às 10:01 horas realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 048/2025 – PUBLICADO - 14/02/2025, destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE CONTÍNUO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE EMPREGOS, A SER UTILIZADO PELO BALCÃO MUNICIPAL DE EMPREGO ATENDENDO AOS REQUISITOS ESPECIFICADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E REGULAMENTAÇÕES MUNICIPAIS APLICÁVEIS". **Protocolo até às 10:00 horas do dia 05 de março de 2025. Considerando que o Decreto Municipal Nº 49.576/2025 tornou os dias 03 e 04 ponto facultativo na Administração Pública Municipal, a data de abertura do certame supramencionado será remarcado para o dia 05/03/2025 às 10:00 horas**. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 26 de fevereiro de 2025.
MÁRCIO DA PAIXÃO RODRIGUES - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação
ID/TCE: 039D63316984668EA3835533FB687E2B4597EFE0

PÁGINA CERTIFICADA
Assinado digitalmente por Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento pode ser visualizado diretamente no portal https://ndmais.com.br/publicacoes-legais